

1 **ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE**
2 **INVESTIMENTOS DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – CIAP DO ANO 2024.**

3
4 Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 11ª Reunião
5 Extraordinária do Comitê de Investimentos, por videoconferência, convocada através do
6 Edital 26/2024-Processo Amprev nº 2024.168.701545PA. O coordenador Jocildo Silva
7 Lemos deu início à reunião as nove horas e quatro minutos, saudou os presentes, foi feita
8 a leitura dos itens 1, 2 e 3, edital, pauta e verificação de quórum pela secretária Francisca
9 Cruz, membros presentes: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro, Gláucio Maciel Bezerra,
10 Jackson Rubens de Oliveira, José Milton Afonso Gonçalves, Jocildo Silva Lemos.
11 Participação da diretora financeira da Amprev senhora Alana Cristine Sousa e do senhor
12 Carlos Roberto Oliveira, chefe da DIM/AMPREV. **Item 4: Deliberação sobre proposta**
13 **de investimentos.** O coordenador Jocildo Lemos iniciou a reunião falando da
14 continuidade de movimentação na carteira de investimentos do RPPS considerando o
15 recurso disponível, passou a palavra aos conselheiros para suas propostas, na sequência,
16 o conselheiro José Milton Gonçalves falou que recebeu uma sugestão da gerência do
17 Banco do Brasil de investimento em um fundo de vértice, o qual fez análise e pareceu ser
18 uma boa proposta para o RPPS, o coordenador Jocildo Lemos solicitou que a proposta
19 fosse disponibilizada nessa reunião, em continuidade, o conselheiro José Milton
20 Gonçalves falou que o fundo é simples com características que os membros já conhecem,
21 o fundo é o BB Previdenciário RF Vértice 2026, taxa de administração de 0,1%, não tem
22 taxa de performance, aplicação mínima de R\$ 100 mil, nesse sentido, propôs aplicação
23 considerando o ticket mínimo de R\$ 30 milhões, os conselheiros Alexandre Flávio
24 Monteiro e Gláucio Bezerra perguntaram qual a rentabilidade e se os papéis são pós ou
25 pré fixados e quais os papéis do fundo, respectivamente, o conselheiro José Milton
26 Gonçalves falou que a informação obtida é que o papel é NTN B e supera a meta atuarial,
27 mas solicitou ao senhor Carlos Roberto Oliveira que demonstrasse como esse papel está
28 no mercado, o conselheiro Gláucio Bezerra falou que seria concomitantemente a
29 verificação do nível taxa que pode ser obtida hoje, seria interessante pegar a carteira do
30 fundo e verificar o que já tem na carteira, pois dependendo do que já tem o spread pode
31 ser mais alto ou mais baixo em relação aos ativos que estão na carteira precificados para
32 2026, pois o fundo já existe e já tem uma carteira constituída, o conselheiro José Milton
33 falou que a carteira é constituída 98,9% de NTN B, o conselheiro Gláucio Bezerra falou
34 que precisa saber a que taxas as NTN B que estão na carteira foram compradas, na
35 sequência, o senhor Carlos Roberto Oliveira demonstrou que em 18 de julho de 2024 a



36 NTN B 2026 fechou na taxa de 6,48% a.a. no mercado secundário, o conselheiro
37 Alexandre Flávio Monteiro falou que tem uma operação do Banco do Brasil que vai
38 vencer, o senhor Carlos Roberto Oliveira falou que o fundo de vértice 2024 do Banco do
39 Brasil vence em agosto de 2024, com aplicação de R\$ 50 milhões e saldo em 28 de junho
40 de R\$ 52.914.000,00 (cinquenta e dois milhões novecentos e catorze mil), com
41 rentabilidade de 11,45% em quase doze meses, superando a meta de rentabilidade,
42 informou que o fundo paga cupom semestral e já retornou de cupom R\$ 2.900.000,00
43 (dois milhões e novecentos mil) no decorrer do ano de 2024, o conselheiro Gláucio
44 Bezerra ratificou a importância de verificar a carteira do fundo de vértice de 2026 para
45 confirmar em que nível de spread os títulos foram comprados, pois com base nessa
46 informação pode-se confirmar se o fundo terá rentabilidade acima da meta, o conselheiro
47 José Milton Gonçalves ratificou sua proposta de R\$ 30 milhões no fundo vértice 2026, e
48 na sequência o conselheiro Gláucio Bezerra propôs aproveitar o recurso de vencimento
49 do fundo vértice 2024 para eventual realocação, o conselheiro Jackson Rubens seguiu a
50 proposta do conselheiro Gláucio Bezerra e acrescentou que, a realocação do recurso seja
51 na proposta do conselheiro José Milton Gonçalves, o coordenador Jocildo Lemos também
52 concordou na realocação do recurso na proposta do conselheiro José Milton Gonçalves,
53 o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro seguiu as propostas colocadas, na sequência, o
54 conselheiro José Milton Gonçalves falou que sua proposta é de R\$ 30 milhões, mas não
55 ver problema da realocação do recurso total de vencimento do fundo vértice 2024, o
56 conselheiro Gláucio Bezerra propôs arredondar a proposta de alocação para R\$ 55
57 milhões, pois no vencimento haverá pagamento de cupom, nesse sentido, o conselheiro
58 José Milton Gonçalves concordou com a proposta do conselheiro Gláucio Bezerra e se
59 faltar recurso propôs fazer resgate de um fundo de curto prazo para complementar o valor
60 de R\$ 55 milhões, na sequência, o senhor Carlos Roberto Oliveira falou aos conselheiros
61 que o fundo é de vértice em compra de NTN B títulos públicos, e que hoje o mercado está
62 pagando o título público a 6,48% a.a., mas no dia 15 de agosto estará diferente, pois a
63 entrada do recurso é pela aquisição, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro entendeu a
64 explicação do senhor Carlos Roberto Oliveira e talvez seja o caso de resgatar recurso do
65 DI e aprovar a comprar hoje, e quando o recurso vencer dia 15 de agosto esse recurso
66 volta pro DI com nova deliberação, nesse caso não perderia a oportunidade da taxa de
67 hoje, na sequência, o conselheiro Gláucio Bezerra falou que esse fundo já tem uma
68 carteira e essa nova compra de R\$ 55 milhões pode representar apenas meio por cento
69 (0,5%) da carteira do fundo, nesse sentido, é importante ver as taxas que já estão
70 encarteiradas, na sequência o coordenador Jocildo Lemos propôs manter as propostas



71 apresentadas já com designação do valor, e quando o fundo vértice 2024 vencer dia 15 de
72 agosto dá outra destinação para esse recurso em outra reunião, e não vincular o
73 vencimento para as propostas apresentadas hoje considerando a taxa do dia e a explicação
74 do senhor Carlos Roberto Oliveira, o qual verificou o registro do fundo BB vértice 2026
75 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a informação da composição da
76 carteira em junho é de 98% de NTN B, o conselheiro Gláucio Bezerra falou que pela
77 CVM não dá pra saber a taxa média da composição da carteira do fundo, e acrescentou
78 que, a cota em agosto pode variar pouco, pois o recurso a ser aplicado pode ser muito
79 pequeno em relação ao tamanho da carteira do fundo, o conselheiro José Milton
80 Gonçalves informou que, o fundo iniciou em maio de 2024 e a maioria dos papéis
81 adquiridos foi em 19 de junho de 2024, nesse sentido, o conselheiro Gláucio Bezerra falou
82 que, se a maioria dos papéis foram comprados recentemente, com certeza pegou uma taxa
83 superior, o senhor Carlos Roberto Oliveira informou que no registro da CVM o fundo
84 começou com R\$ 10 milhões e até o dia 17 de julho o fundo já tem R\$ 701 milhões, com
85 observação do conselheiro José Milton Gonçalves que houve mais movimento de
86 captação nos últimos dois meses, o conselheiro Gláucio Bezerra perguntou se o fundo é
87 aberto para resgate ou só no vencimento, o senhor Carlos Roberto Oliveira verificou na
88 política do fundo e a carência é até 17 de agosto de 2026, na sequência, o conselheiro
89 Gláucio Bezerra falou que, a alocação da Amprev vai representar na prática menos de 8%
90 da carteira do fundo, não ver problema em deixar aprovada a alocação e alocar no dia 15
91 de agosto quando vencer o fundo vértice de 2024, pois não vai haver muito efeito sobre
92 os títulos que já estão na carteira do fundo, pois qualquer variação da taxa da NTN B de
93 2026 de agora até o dia 15 vai representar um spread muito pequeno na carteira do fundo
94 que já existe, o conselheiro Jackson Rubens perguntou se a proposta a ser deliberada será
95 esperar o vencimento de agosto ou deliberar o valor conforme propôs o coordenador
96 Jocildo Lemos, o qual ratificou sua proposta em aprovar o recurso para aplicação para
97 aproveitar a taxa do momento, e o recurso de vencimento dos títulos de R\$ 52 milhões
98 em 15 de agosto seja deliberado em outra oportunidade, o conselheiro José Milton
99 Gonçalves propôs aplicação de R\$ 55 milhões, e a origem seja do recurso disponível da
100 operação compromissada da carteira na curva de custódia do Banco BTG Pactual, do
101 plano financeiro, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro perguntou a diretora Alana
102 Cristine Sousa, se há recurso no fundo fluxo para suportar essa operação, a qual
103 respondeu que, considerando as projeções de despesas para sete meses, e desconsiderando
104 a arrecadação, no plano financeiro não há recurso disponível, e nesta data o recurso no
105 fundo fluxo do plano previdenciário há um saldo de R\$ 130 milhões, nesse sentido, o



106 conselheiro Alexandre Flávio Monteiro considerou que a projeção para as despesas feita
107 para até o final do ano de certo modo está baseado na prudência o que considera
108 recomendável, mas na sua visão considerou essa prudência muito elevada, pois entrará
109 novos recursos de contribuição até dezembro, e considerando a totalidade do recurso e a
110 proposta apresentada pelo conselheiro José Milton Gonçalves, é que esse recurso seja
111 tirado do fundo fluxo, pois em agosto será aportado os R\$ 50 milhões de vencimento dos
112 títulos no plano financeiro, e sobre a compromissada do Banco BTG Pactual o comitê
113 pode estudar uma nova alocação em títulos públicos marcados na curva, esta foi sua
114 opinião, o conselheiro Gláucio Bezerra concordou com o conselheiro Alexandre Flávio
115 Monteiro, e destacou que o objetivo do fundo fluxo é gerenciar recurso de caixa e por
116 esse motivo nunca atinge a rentabilidade do CDI, ao passo que, os recursos que estão
117 alocados em compromissadas batem pelo menos o CDI todos os meses, ou seja, no nível
118 atual da taxa de juros o que está em compromissadas atinge a meta de rentabilidade, e o
119 que está alocado no fundo fluxo não vai atingir a meta de rentabilidade, por esse motivo
120 concordou com o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro, a possibilidade de alocar com
121 recurso do fundo fluxo, pois dia 15 de agosto haverá encerramento do fundo e o recurso
122 irá naturalmente para o fundo fluxo, pois não ver um cenário que precise desse volume
123 de recurso, o que também considera elevado projetar sete meses de folha para frente, e
124 seria uma forma de proteger o recurso da carteira, o coordenador Jocildo Lemos
125 concordou com as considerações do conselheiro Gláucio Bezerra, mas observou que o
126 recurso que tem em operação compromissada é transitório e depois o comitê faz alocação
127 em vértice maior para maior rentabilidade, mas para esse efetivo de agora é prudente e
128 conveniente fazer dessa forma, na sequência, o conselheiro José Milton Gonçalves
129 ratificou sua proposta de alocação de R\$ 55 milhões no fundo vértice 2026 com origem
130 do recurso disponível da operação compromissada da carteira na curva de custódia do
131 Banco BTG Pactual, do plano financeiro, observou que o recurso proposto do
132 previdenciário está destinado para folha de pagamento, pois a projeção está de acordo
133 com um bom planejamento, pois na política de investimentos delimita o recurso da folha
134 de pagamento pelo fundo fluxo, mas não impede que o comitê delibere sobre o saldo, na
135 sequência, o coordenador Jocildo Lemos falou que essa é uma preocupação que não deve
136 existir, pois o recurso para pagamentos das folhas estão preservados já considerando não
137 entrar nenhum recurso novo, o que não vai ocorrer, mas foi considerado dessa forma
138 como uma reserva para todas as despesas da Amprev, mas não há nenhum cenário de
139 preocupação de não ter recurso, pois entrará recurso do entes patronais que irão somar
140 com o recurso já reservados, o conselheiro José Milton manteve sua proposta e que sua



141 outra proposta é do recurso disponível do plano previdenciário, e se aprovar os R\$ 55
142 milhões do plano previdenciário sua outra proposta ficará comprometida, o coordenador
143 Jocildo lemos observou que, a primeira proposta de aplicação no fundo do Banco do
144 Brasil era de R\$ 30 milhões, mas se não for usado o recurso que vencerá em 15 de agosto
145 voltasse para a proposta de R\$ 30 milhões e não de R\$ 55 milhões, o conselheiro Gláucio
146 Bezerra ressaltou que sua proposta considerou a anuência a primeira proposta do
147 conselheiro Alexandre Flávio Monteiro que o comitê delibere o recurso em operação
148 compromissada que está em torno de R\$ 400 milhões, com foco em novas alocações que
149 superem a meta, o coordenador Jocildo Lemos falou que é exatamente esse o trabalho que
150 o comitê vem fazendo nas últimas reuniões, trabalhando o recurso da operação
151 compromissada e se for o caso trabalhar a carteira com fundos em vencimentos e outros
152 fundos que possam ser trabalhados, o conselheiro José Milton considerou as
153 manifestações e finalizou sua proposta, sendo, pela aplicação no fundo BB Vértice 2026
154 de R\$ 30 milhões, recurso do fundo BB Previdenciário Fluxo, do plano previdenciário, o
155 conselheiro Alexandre Flávio Monteiro propôs pela aplicação de R\$ 55 milhões recurso
156 do fundo Fluxo, o conselheiro Gláucio Bezerra propôs aplicação de R\$ 55 milhões
157 recurso do fundo Fluxo pelos motivos já expostos, o conselheiro José Milton Gonçalves
158 apresentou a proposta de continuação das deliberações já iniciadas anteriormente, pela
159 indicação de aplicação no segmento de letras financeiras, nesse sentido, com
160 conhecimento de novas cotações, propôs pela aplicação nas letras financeiras do Banco
161 Master no valor de R\$ 100 milhões, recurso do fundo Banco do Brasil do plano
162 previdenciário, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro falou que em relação a origem
163 do recurso para aplicação da letra financeira, tem recurso disponível e não ver problema
164 em transferir da compromissada do Banco do Brasil para o Banco Master, mas após a
165 primeira aplicação feita na reunião anterior, não sabe se todos tiveram conhecimento, mas
166 foi surpreendido com os fatos que se sucederam em relação a Caixa Econômica Federal
167 já com procedimentos no Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal com
168 relação a deliberação que a Caixa Econômica tomou, nesse sentido, nesse momento o
169 comitê precisa ter cautela e ver o que realmente está acontecendo, por exemplo, designar
170 uma comissão da diretoria financeira com um membro do comitê de investimentos para
171 ir na instituição e fazer uma diligência extraordinária, consultar o jurídico da Amprev
172 para averiguar, para que o comitê possa prevenir sobretudo um eventual risco de imagem
173 da Amprev, pois já houve um episódio já relatado pelo conselheiro José Milton Gonçalves
174 envolvendo o Pátria Investimentos em investimento em shoppings que foi um valor bem
175 menor, mas até hoje a Amprev se justifica, pois foi uma decisão feita há dez anos, mas



176 quem está na instituição como segurado sofre as consequências, nesse sentido, pensa que
177 não seria negar o investimento de pronto, mas adotar uma diligência maior para avançar
178 na questão, o conselheiro Gláucio Bezerra concordou com a proposta do conselheiro
179 Alexandre Flávio Monteiro, pois na política de investimento falasse em gerenciar o risco
180 reputacional, os fatos surgiram depois da aprovação da alocação e seria prudente da parte
181 do comitê objetivamente pedir explicação para ao emissor em relação a operação na Caixa
182 Econômica, pois já teve conhecimento pelos meios de comunicação que já há um
183 procedimento instaurado por parte do Tribunal de Contas da União envolvendo essa
184 operação que não foi aprovada pela Caixa Econômica, e após esse episódio fez uma
185 checagem no Banco Central no qual verificou que, o último valor da demonstração
186 financeira apresentada pelo Banco Master indicam que a captação do banco, salvo
187 engano, era até abril de 2024 com captação total de letras financeiras perfaziam um
188 montante de mais ou menos R\$ 680 milhões, o que o preocupou também em relação a
189 concentração que eventualmente a Amprev pode ter nesse produto específico do emissor,
190 salientou que, não está negando o investimento, pois já foi aprovado anteriormente com
191 rentabilidade alta, mas propõe na mesma linha do conselheiro Alexandre Flávio
192 Monteiro, é que neste momento peça explicação do emissor e eventualmente acionar a
193 Caixa Econômica através de ofício para que dê algum detalhamento do que ocorreu no
194 âmbito do comitê de investimento, pois entende que, a repercussão não é boa para os
195 clientes e não sabe que efeitos futuros isso pode ter na captação líquida do Banco Master
196 e eventualmente isso pode aumentar o risco, nesse sentido, pensa que antes de deliberar
197 qualquer nova alocação nesse emissor, o comitê deve pedir essas explicações ao emissor,
198 a Caixa Econômica e ao Tribunal de Contas da União, sobre o episódio que circulou na
199 imprensa, o coordenador Jocildo Lemos falou que no mercado sempre há histórias, tem
200 conhecimento do episódio e fez checagem em algumas conversas, mas ressaltou que, o
201 produto na foi negado na Caixa Econômica, e sim suspensa a deliberação, o que pode ou
202 não voltar para deliberação, como proteção entendeu que não tem como pedir
203 manifestação diretamente a Caixa Econômica, pois o processo não foi finalizado e por
204 precaução, cautela e sigilo da instituição não irão fornecer as informações, no âmbito do
205 Tribunal de Contas da União, não ver momento, pois efetivamente não há nenhuma ação
206 concreta, pensa o que pode ser feito e colocar como proposta dentro desse diálogo, é
207 aprovar a proposta e particularmente irá votar pela aprovação do investimento, mas
208 condicionando a uma diligência do comitê ao Banco Master em data marcada com
209 membros do comitê e diretoria da Amprev para verificação, pois como diretor sempre
210 tem notícias envolvendo bancos, mas ver essas notícias como conversas pois não há nada



211 concreto com procedimento, na sequência, propôs pela primeira proposta do conselheiro
212 José Milton Gonçalves em aplicação no produto do Banco do Brasil e na segunda
213 proposta de aplicação de R\$ 100 milhões nas letras financeiras do Banco Master,
214 condicionada a uma visita na próxima semana com um diretor da Amprev e membro do
215 comitê para ter um olhar de perto e sem pedidos de documentos e sim conhecer a
216 instituição fisicamente, ressaltando e respeitando as observações feitas anteriormente, o
217 conselheiro Gláucio Bezerra falou que, em relação a diligência é favorável na realização
218 da mesma, mas pensa que mesmo se o TCU e Caixa Econômica não respondam aos
219 pedidos de informações por cautela seria interessante oficiar, pois o fato circulou nos
220 meios de comunicação, na sequência o coordenador Jocildo Lemos manteve sua proposta
221 somada a proposta do conselheiro José Milton Gonçalves em aprovação nas letras
222 financeiras e o aporte efetivamente vinculada a visita da diretoria e comitê ao Banco
223 Master com emissão de relatório, e a partir deste relatório finalizar a operação se for o
224 caso, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro entendeu que a diligência deve ser prévia,
225 por esse motivo, pediu vênua e discordou da proposta do conselheiro José Milton
226 Gonçalves, o conselheiro Gláucio Bezerra também entendeu que a diligência deve ser
227 prévia a aprovação para que possa afastar o risco reputacional, pois sua preocupação e
228 com gerenciamento de risco, proteção da carteira e com a imagem como instituição,
229 manteve a necessidade em oficiar a Caixa Econômica a qual foi o pivô dos
230 acontecimentos, e o TCU para confirmar se não há ou não procedimento instaurado, o
231 coordenador Jocildo Lemos falou que na diligência ao Banco Master serão feitas essas
232 perguntas, pois não acha prudente e correto fazer dessa forma, pois todos sabem sobre a
233 lei de proteção de dados, pois o banco historicamente não informará, e o comitê deve ter
234 tranquilidade no que está fazendo, pois concorda com a diligência e aprovação
235 condicionada a diligência, pois os fatos devem ser concretos e a presunção de inocência
236 preservada, se for o caso, pois em um dia foi aprovado R\$ 200 milhões, e no outro aprovar
237 diligência condicionada, e como fica a primeira deliberação!, o conselheiro José Milton
238 Gonçalves entendeu que a diligência já foi realizada no momento do credenciamento com
239 necessidade documentos com as análises e verificações na lista de elegíveis na Comissão
240 de Valores Mobiliários - CVM e no Banco Central, e que a seu ver já foi superado, o
241 coordenador Jocildo Lemos falou que foi feita essa análise na última deliberação, foi visto
242 o índice de Basileia, site do Banco Central, classificação do Banco na adequação a política
243 de investimentos do RPPS, um fato, uma matéria que morreu no mesmo dia
244 aparentemente, e se for dada razão a toda matéria que aparece a carteira da Amprev ficará
245 toda no DI, o conselheiro José Milton Gonçalves falou que assim como houve essa



246 notícia, também houve notícias do CEO do Banco Master o qual falou sobre a qualidade
247 das letras financeiras, o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro falou que a deliberação
248 do comitê foi anterior a notícia, pois a notícia foi superveniente, e que as diligências do
249 comitê são comuns quando há ruído de mercado, como exemplo foi o caso das
250 Americanas, onde houve a notícia de recuperação judicial por fraude no balanço, pois o
251 comitê oficiou as instituições que tinham investimento em Americana no fundo para saber
252 o que estava acontecendo, nesse sentido, ver que é apropriada a diligência, pois a Amprev
253 tem investimento aprovado e aplicado no Banco Master, e diante deste ruído acha
254 interessante que o comitê aprove a diligência, o conselheiro Jackson Rubens de Oliveira
255 concordou com o conselheiro Alexandre Flávio Monteiro, pois acha importante a questão
256 da diligência, mas se associa a proposta do coordenador Jocildo Lemos no sentido de
257 aprovar e condicionar à diligência, e o resultado da diligência quanto ao aporte do recurso,
258 pois o comitê está reunido e já foi feita movimentação anterior, e existe uma proposta
259 hoje que pode ser aprovada e condicionada a diligência, pois não ver problema e nem
260 prejuízo em relação a isso, o coordenador Jocildo Lemos ressaltou que é exatamente essa
261 sua proposta, fazer ou não o investimento a partir do relatório da diligência no Banco
262 Master, e como sugestão, designar o senhor Carlos Roberto Oliveira, chefe da divisão de
263 investimento e mercado, diretora Alana Cristine Sousa e um membro do comitê, e
264 considerando a agenda dos membros, designou o conselheiro José Milton Gonçalves para
265 diligência ao Banco Master. Na sequência, o coordenador Jocildo Lemos colocou as
266 propostas de aplicação no fundo BB Previdenciário Vértice 2026 no valor de R\$ 30
267 milhões, e na proposta de aplicação em letras financeiras de emissão do Banco Master no
268 valor de R\$ 100 milhões, condicionada ao relatório positivo a ser apresentado pela
269 comissão que irá fazer a visita ao Banco Master, com todas as informações sobre a notícia
270 vinculada na semana passada, colocada para deliberação, com votos contrários dos
271 conselheiros Alexandre Flávio Monteiro e Gláucio Bezerra, o qual negou seu voto pela
272 aplicação, com solicitação que os membros considerem a possibilidade de fazer a
273 diligência e após trazer a proposta novamente para deliberação, na sequência as propostas
274 foram aprovadas por maioria dos conselheiros Jackson Rubens, José Milton Gonçalves e
275 Jocildo Lemos, as propostas de aplicações serão no plano previdenciário e o recurso do
276 fundo BB Previdenciário Fluxo do mesmo plano. E nada mais havendo, as dez horas e
277 sete minutos, o coordenador Jocildo Silva Lemos encerrou à reunião, da qual eu,
278 Francisca da Silva Cruz lavei a presente ata que após aprovada, vai assinada pelos
279 membros presentes. Macapá, 19 de julho de 2024.

280 Alexandre Flávio Medeiros Monteiro: _____



- 281 Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV
282
283 Gláucio Maciel Bezerra: _____
284 Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV
285
286 Jackson Rubens de Oliveira: _____
287 Membro, representante do Conselho Estadual de Previdência – AMPREV
288
289 José Milton Afonso Gonçalves: _____
290 Membro, representante dos servidores da Amapá Previdência – AMPREV
291
292 Jocildo Silva Lemos: _____
293 Membro, representante da Diretoria Executiva da Amapá Previdência – AMPREV
294
295 Francisca da Silva Cruz _____
296 Secretária do CIAP/AMPREV
297

